

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 4 DE FEVEREIRO DE 2008**-----

-----Aos quatro dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Baptista, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----Foram consideradas justificadas as faltas do Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro, à presente reunião e da Sr^a Vereadora Manuela Cunha à reunião de vinte e um de Janeiro passado.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usaram da palavra:-----

-----Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse que mais uma vez tem de fazer a mesma observação sobre a poda das árvores, para que parem com o massacre das árvores de Almeirim, ao tratamento que lhes estão a dar, qualquer dia são substituídas por paus tratados, de tal forma é a mutilação. Disse ainda que quer saber para onde vai a lenha cortada das árvores. E aconselhou que a Câmara peça uma consultadoria sobre podas, não sendo a proponente contra as podas necessárias, mas contra o método utilizado.-----

-----A mesma autarca disse que este fim de semana teve oportunidade de visitar a Feira do Fumeiro, de Vinhais, que foi extremamente instrutiva por demonstrar como se pode conservar a tradição dos enchidos produzindo artesanalmente com regras,

dentro da lei, com um investimento mínimo e financiamento da União Europeia aos produtores, com ajuda da autarquia, para manterem a produção a nível familiar, e Vinhais é município de maioria socialista. De facto, tinha sido bom que o caminho seguido por esta autarquia tivesse sido aquele, com a Câmara a ajudar os produtores do Concelho a recorrerem às ajudas comunitárias para melhorarem as próprias instalações, já que aos produtores de Almeirim pouco faltava para terem um licenciamento daquele tipo, e seria saudável seguir outro modelo.-----

-----Sr. Vereador Francisco Maurício, que disse:-----

-----"Vou colocar umas pequenas questões que podiam e deviam ter resposta nesta reunião:-----

-----1)**Emails:** Já solicitei por duas vezes a remoção dos meus emails intitucionais pelos motivos conhecidos, acontece que o email fm@cm-almeirim.pt só foi desactivado no dia 2 ou 3 de Fevereiro e o vp@almeirimdigital.com ainda se encontra activo. Agradeço a sua remoção urgente.-----

-----2)**Centro Escolar:** Segundo informações e apesar de já ter sido lançado o concurso, acontece que quem pretende concorrer, ao dirigir-se á Câmara é informado que ainda não existe o PROJECTO. É verdade?-----

-----3)**IRS:** O que é que se passou com a decisão Camarária e da Assembleia Municipal quanto ao IRS? A comunicação social divulgou a lista dos municípios que decidiram prescindir de parte do IRS, no nosso caso 1%, e não fomos referidos? Terá havido esquecimento na comunicação?-----

-----4) No artigo 17.º da LOE/2006 dispunha-se que:-----

-----'As despesas com pessoal das autarquias locais, incluindo as relativas a contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços a pessoas singulares, devem manter-se ao mesmo nível do verificado em 2005, excepto nas situações relacionadas com a transferência de competências da administração central e sem prejuízo do montante relativo ao aumento de vencimentos dos funcionários públicos, ao cumprimento de disposições legais e à execução de sentenças judiciais.'-----

-----Em caso de incumprimento são retidos 10% do duodécimo das transferências correntes do Fundo Geral Municipal.-----

-----Consta que na Câmara de Almeirim foi violada esta norma estando a ser retidos os 10%.-----

-----Gostaria, enquanto Vereador, de ter sido informado deste eventual grave incumprimento que, caso não se esteja a verificar impõe, por parte deste Executivo, um desmentido imediato.-----

-----O Sr. Presidente respondeu ao Sr. Vereador Francisco Maurício que o projecto do Centro Escolar encontra-se sobre a mesa de trabalhos.-----

-----Disse o Sr. Presidente, quanto à acusação de execução de uma obra a um particular com dinheiros municipais feita pelo Sr. vereador Francisco Maurício, que leu, e embora, em sua interpretação, o Sr. Vereador não tenha poder de fiscalização sobre o executivo, a questão aqui levantada em reunião é demasiado séria e prefigura uma eventual actuação ilegítima que não pode ficar por esclarecer também em reunião de Câmara:-----

-----"Começou por referir que a demolição que se fez em Fazendas de Almeirim versa sobre restos do edifício que, estando em derrocada, oferecia perigo para quem passasse naquele sítio, nomeadamente crianças que ali brincam e oferecia perigo para a saúde pública, tinha inclusivamente uma fossa a céu aberto, que foi aterrada com os restos demolidos.-----

-----Referiu inclusivamente um ofício do proprietário enviado em vinte e dois de Novembro de dois mil e sete à Junta e à Câmara, pedindo a demolição por não ter equipamentos próprios para tal e assumindo os custos.-----

-----A Junta de Freguesia de Fazendas já por várias vezes tinha pedido a demolição também.-----

-----Feito este trabalho o encarregado enviou nota do número de horas de máquinas e viaturas, foi passada a guia respectiva e paga, no valor de quatrocentos e dez euros.-----

-----Verifica-se assim não ter sido um trabalho de favor mas tão só um serviço de interesse público, mas pago à Câmara.-----

-----Após esta intervenção o Sr. Presidente referiu que,

seguindo o espírito do requerimento do Sr. Vereador Francisco Maurício, entendia dar a conhecer uma situação de nítido aproveitamento, respeitante ao período em que o Sr. Vereador Francisco Maurício foi o Presidente do Conselho de Administração da ALDESC, EM.-----

-----Para isso socorreu-se do dossier referente à Consulta para exploração do bar das Piscinas fornecido pelo Sr. Vereador e onde leu com estranheza a consulta a hipotético concorrente da Chamusca, outro de Santarém e a três de Almeirim, incluindo o único a responder Augusto Sepúlveda Monteiro.-----

-----A sua estranheza, manifestou, deve-se ao facto de saber de pessoas, em Almeirim, interessadas naquela exploração do bar e não terem tido possibilidade de concorrer por não ter sido tornado público e em vez disso terem-se consultado desconhecidos da Chamusca e Santarém, razão porque só teria respondido o Sr. Sepúlveda.-----

-----Prosseguiu, mostrando que àquele Sr. Sepúlveda tinha sido dado o direito pelo Sr. Vereador Francisco Maurício de, utilizando gratuitamente o Restaurante das Piscinas, fechado e inactivo, vir a confeccionar e servir naquele espaço, refeições à Câmara Municipal no valor de quatro mil novecentos e trinta e quatro euros e cinquenta cêntimos.-----

-----E de até a limpeza do Restaurante ter sido assumida pela ALDESC, EM, no valor de quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos na intenção nítida de que o Sr. Sepúlveda não viesse a ter alguma despesa com este serviço.-----

-----Este procedimento mereceu a sua declaração de voto de desacordo na aprovação da prestação de contas na ALDESC e consta da acta da respectiva reunião do Conselho de Administração.-----

-----No entendimento do Sr. Presidente trata-se desde o 'Concurso' duma situação de nítido favorecimento da responsabilidade do Sr. Vereador Francisco Maurício que, segundo o espírito do seu requerimento, devia ser comunicado ao Ministério Público.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que esta manobra é mais aceitável e tem muito gosto em debater com o Sr. Presidente as diferenças de interpretação sobre as mesmas situações. Em relação ao seu requerimento, mostrou a sua incredulidade e não aceitou que pudesse ser verdade a situação que reportou, tendo o maior gosto em tornar público o esclarecimento do Sr. Presidente, se lho apresentar por escrito, para o fazer tão amplamente divulgar quanto for capaz.-----

-----Quanto ao bar das Piscinas, disse o mesmo Vereador, há qualquer coisa mal resolvida com o Sr. Presidente. Esteve muito tempo afixado nas instalações um convite a todos os interessados a inscreverem-se para o concurso. A anterior locatária do restaurante abandonou as instalações, não efectuou o pagamento de qualquer renda, e essa responsabilidade é do Sr. Presidente, a Sr^a foi embora e nem desligou a arca frigorífica nem retirou os gelados e a carne, que apodreceram lá. Era do interesse da Câmara que as refeições dos artistas do Pão, Vinho & Companhia, no ano de dois mil e seis, fossem servidas no restaurante, a preço mais conveniente, acordado com o explorador do bar, que teve de proceder à limpeza do restaurante que não era de sua responsabilidade. Está claro que a Câmara pagou, pois se queria o fornecimento de refeições, tinha de pagar.-----

-----Continuou o mesmo autarca, "Se é para avaliar a competência de alguém, comece pelo concurso das actividades extracurriculares deste ano e veja a percentagem de alunos que estão a frequentar as actividades e pelo menos cinquenta por cento perderam o primeiro período. O Sr. Presidente para falar da ligeireza dos gastos de dinheiros públicos dá como exemplos a madeira para o estrado do bar da Zona Norte e a arrecadação das Piscinas. Foi a sua noção de gestão que criou a falta de entendimento que é patente. Sr. Presidente, traga aqui as questões de gestão municipal como as que apresento em quase todas as reuniões e a que o Sr. não dá resposta. E lembro-lhe que eu também sou executivo."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha exclamou: "Zangam-se as

comadres ...”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu-lhe: “Perdeu uma grande oportunidade de estar calada.”-----

-----A Sr^a Vereadora retorquiu: “Diz o roto ao nu, porque te despes tu. Em termos concursais, francamente, Sr. Presidente, sendo que eu própria fui crítica do processo do bar das Piscinas e do bar da Zona Norte, mas lições vindas do Sr. em processos de concursos...”-----

-----O Sr. Presidente disse que há muito tempo que não está de acordo com o Sr. Vereador Francisco Maurício mas agora apoia a sua afirmação, a Sr^a perdeu uma grande oportunidade de estar calada.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, em resposta à Sr^a Vereadora Manuela Cunha só quer recordar que os processos concursais duma Câmara e duma empresa são completamente diferentes.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou:-----

-----Se foram removidos os resíduos tóxicos das antigas instalações da Sopepor e se há contaminação do solo, ao que o Sr. Presidente respondeu que foram removidos, houve uma acção da inspecção do Ministério do Ambiente que resolveu arquivar o processo, não sendo declaradas contaminações de solos.-----

-----Perguntou se ainda não soube nada sobre a Vala de Alpiarça, o que o Sr. Presidente confirmou.-----

-----Aludiu ao SIADAP, tendo o Sr. Presidente respondido que para as autarquias só é obrigatório a partir de dois mil e nove.-----

-----O mesmo Vereador solicitou a relação de entradas e saídas de pessoal da ALDESC, EM, de trinta de Junho a trinta e um de Dezembro do ano passado.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----ACTAS - Foi submetida a votação a Acta de dezassete de Dezembro de dois mil e sete, que foi aprovada por maioria, com

uma alteração introduzida pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----
-----Absteve-se o Sr. Presidente porque não assistiu a toda a reunião e não aprova as afirmações feitas na sua ausência, a que não assistiu.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que na Acta de vinte e um de Janeiro, na deliberação bolsas de estudo, a relação dos alunos não está transcrita, apesar do texto dizer que "aqui se dá por fielmente transcrita e fica arquivada no maço de documentos respeitante às Actas do executivo."-----

-----Entende que algo está errado e se não transcreve para a Acta deve apensar fotocópia da relação à Acta.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos pelo Sr. Presidente em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Adelino José Nobre Costa, duzentos e trinta e cinco A, de dois mil e seis; Constantino Penteado dos Santos, sessenta e três; Ana Sofia Oliveira Ferreira Azóia, cento e oito; Manuel Diogo Alves Castelejo, cento e noventa e quatro; José Fernando Freitas Dias Sequeira, duzentos e quarenta e seis; Francisco Trindade Filipe, trezentos e sessenta e seis, todos de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Nuno Miguel Silva Jeremias, cinquenta e dois A, de dois mil e cinco; Obritalha - Compra e Venda e Explor. De Prop. e Const. Civil, Limitada, duzentos e setenta e quatro A de dois mil e seis; Ana Cristina Santos Rodrigues Soares, sessenta e seis;

Pedro Filipe Lobeiro Marques, cento e trinta e oito A; José João Bento Galego, duzentos e vinte e sete; Augusto Carmo Ribeiro, Herdeiros, Limitada, duzentos e trinta e dois; Dalila da Conceição Serôdio Vinagre, duzentos e noventa e dois; José Manuel Ramos David, duzentos e noventa e três; Francisco Manuel Guerreiro Chaves, trezentos e sete, António José da Silva Santos Andrade, trezentos e trinta e nove; Diamantino Rodrigues Caniço Bento, trezentos e sessenta e um; Salazar & Costa Construções, Limitada, trezentos e sessenta e três; Salazar & Costa Construções, Limitada, trezentos e sessenta e quatro; Malfeito Ferreira - Inv. Imobiliários, Limitada, trezentos e setenta e um, todos de dois mil e sete.-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----TOLERÂNCIA DE PONTO - O Sr. Presidente deu conhecimento do seu Despacho que determina a tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, equiparando a feriado esta festividade.-----

-----ACIDENTE DE TRABALHO - Foi presente o requerimento de Joaquim Alberto Bento Silva Casimiro Leandro solicitando a concessão do adiantamento de dois mil e quinhentos euros por conta da indemnização a receber pelo acidente de trabalho que sofreu em dois mil e seis.-----

-----A Câmara deliberou pedir parecer jurídico.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----LEI ELEITORAL DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS - O executivo tomou conhecimento da cópia da deliberação da Câmara Municipal de Almada na qual manifesta a sua discordância ao Projecto Lei - Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.-----

-----AMBIENTE - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Geota anunciando um ciclo de seminários sobre A Política

Ambiental no Sistema Fiscal Português.-----

-----ECOLEZÍRIA, EIM - Foi presente o ofício de Ecoléziria - Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, comunicando que a Tarifa de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos passará para vinte e seis euros e cinquenta cêntimos e a Taxa de Gestão de Resíduos Sólidos passará para dois euros e cinquenta cêntimos, ambos acrescidos de IVA.-----

-----O executivo deliberou aprovar, por maioria, com a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que declarou:-----

-----"Abstenho-me porque o documento não está em condições de ser aprovado, deveria ser acompanhado de informação de quanto pagamos actualmente, para quanto passa e quanto representa percentualmente."-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----À Secção de Hoitsugan Karatedo do União Futebol Clube de Almeirim, transferência anual de quinhentos euros; FootKart, para obras nas suas instalações - quatrocentos e cinquenta euros; Secção de Karate do CADCA, para a organização do campeonato - quatrocentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos; e Hóquei Clube Os Tigres, para a deslocação aos Açores - quinhentos e vinte e sete euros e trinta e cinco cêntimos (para esta última deliberação ausentou-se o Sr. Vereador Francisco Maurício por se considerara legalmente impedido).-----

-----Foi presente o fax da Associação de Solidariedade Social de Benfica do Ribatejo solicitando apoio com destino à aquisição de uma viatura Citroen Berlingo Van, pelo preço de onze mil e setenta e cinco euros a afectar ao serviço de apoio domiciliário a idosos.-----

-----O executivo deliberou oficializar à Associação no sentido desta apresentar semelhante pedido junto dos serviços distritais da segurança social, e após conhecer este apoio, contactar esta

Câmara para definir a sua transferência.-----

-----Foi ainda tomado conhecimento do pedido de apoio do Núcleo Regional do Norte da Liga portuguesa Contra o Cancro.-----

-----AUXÍLIOS ECONÓMICOS - Sob proposta da Sr^a Vereadora Joana Baptista, a Câmara deliberou atribuir auxílios económicos, em escalão A, a três alunos transferidos para escolas do Concelho, Rodrigo Nunes Matias, Lyubouyr Danysh e Nuno Afonso Oliveira Centeio.-----

-----RECUPERAÇÃO DO HOSPITAL - Foi presente a comunicação da Santa Casa da Misericórdia de Almeirim em resposta à deliberação de vinte e um de Janeiro passado, nos termos da qual recusa a venda do terreno na Rua Cinco de Outubro, frente ao Tribunal, por considerar o preço proposto muito abaixo do justo valor; e considera inaceitável a compra de cinco camas no novo hospital, três camas no Lar de S. José e três lugares no jardim de infância, por seis anos, no valor de seiscentos e um mil euros a pagar em dez anos, uma vez que esta operação custaria à Santa Casa um milhão e trezentos mil euros, o que acarretaria um prejuízo real de cerca de oitocentos e setenta mil euros. Para além dos valores, considera que a resposta é extemporânea porque, o imprescindível financiamento do Programa Saúde XXI obriga a que a obra estivesse adjudicada, o mais tardar, em Dezembro de dois mil e sete.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário salientou que são precisos dois parceiros para resolver este problema. Aquando da discussão, fez uma proposta alternativa à vencedora que previa a entrada numa sociedade que desse ao Município a posse parcial ou total da Praça de Touros. A requalificação do Hospital é muito importante para o Concelho, com a construção de estabelecimentos de cuidados continuados e apoio à infância, pelo que apelou à análise da sua proposta, ainda que apresentada por outro autarca. E considerou necessário que os dois parceiros, como adultos, se entendam na questão da Praça de

Touros, tendo em vista os superiores interesses do Concelho. Não é vocação da Santa Casa gerir a Praça de Touros e, em co-propriedade com a Câmara poderia representar uma forma de financiar a Santa Casa e viabilizar todas as obras.-----

-----O Sr. Presidente referiu que a proposta do Sr. Vereador só divergia da aprovada na compra da Praça de Touros. Se esta proposta não serve os interesses da Santa Casa, a da compra da Praça de Touros menos servirá e se o tempo já não permite a obra de recuperação do Hospital, a discussão da proposta de compra, mais tempo levará. A aquisição da Praça de Touros é o equivalente à aquisição da chave da Câmara e aí teriam de ser desviadas receitas para as obras necessárias na Praça, o que não resultaria em benefício do Hospital. A autarquia está disposta a ajudar a ultrapassar os problemas financeiros e o tempo que se perdeu na resolução, mas encontrar uma solução conveniente a ambas as partes, não é fácil. Por outro lado, para a compra do terreno a Câmara propôs o preço de quinhentos euros o metro quadrado e a Santa Casa diz que é pouco.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que, neste momento, o processo está comprometido, pelos prazos necessários para a solução de criação de uma parceria público-privada e todos estamos conscientes da importância do projecto para o Concelho. Da sua parte só pede que a Santa Casa não desse o caso por encerrado e o Sr. Presidente encontrasse uma solução sem grande esforço para o erário público, mas que terá de passar por um contrato-programa.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício defendeu a sua proposta, acrescentando que era uma situação que não ia provocar desequilíbrio das contas da Santa Casa.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Baptista salientou que a Santa Casa não apresenta qualquer contra-proposta e recusa tudo o que a Câmara propõe.-----

-----A Câmara deliberou encetar contactos com a Santa Casa da misericórdia de Almeirim, com vista a tentar viabilizar as obras previstas.-----

-----TRÂNSITO - A Sr^a Vereadora Manuela Cunha solicitou a
deslocação da passadeira junto à rotunda da Zona Norte e da que
se encontra na Rua Cinco de Outubro, junto aos correios, por se
encontrarem demasiado próximas dos cruzamentos e representarem
perigo para os peões.-----

-----EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO DE € 500.000,00 - Foram
presentes as propostas com destino à contracção de um empréstimo
de quinhentos mil euros, reembolsável em vinte anos, a que se
reporta a deliberação de dezassete de Dezembro de dois mil e
sete, como a seguir se indicam:-----

-----Banco Espírito Santo, SA, spread de zero vírgula trezentos
e cinquenta por cento; BANIF, SA, spread de zero, vírgula
quinhentos por cento; Banco Santander Ttta, SA, spread de zero,
vírgula, seiscentos por cento; Caixa Geral de Depósitos, SA,
spread de zero, vírgula, seiscentos e quarenta por cento; Banco
BPI, SA, spread de um por cento; e Millenium bcp, spread de zero
vírgula oitocentos e setenta e cinco por cento; todos eles,
sobre a taxa de juro variável associada à Euribor a seis meses.
O Millennium, bcp prevê ainda uma comissão de imobilização de
cinquenta por cento sobre o preçário do banco e uma comissão de
montagem de cinquenta por cento sobre a mesma base, invocando os
restantes concorrentes a isenção de comissões e encargos. Tem
informação do Chefe de Repartição Financeira de que a proposta
mais vantajosa é a do Banco Espírito Santo, SA.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a contratação do
referido empréstimo com o Banco Espírito Santo, SA, nas
condições acima descritas.-----

-----Votaram contra os Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro
Pisco dos Santos, tendo a primeira ditado a seguinte declaração
de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencida, pelas seguintes
razões: Primeiro, porque discordei desde o início com todo o
procedimento seguido em relação a este empréstimo. Relembro que

este empréstimo vem na sequência de um empréstimo já contratado no início do ano de dois mil e sete e aprovado, quanto a mim, à margem da lei, em dois mil e seis, porque se colocava acima no nível de endividamento da autarquia e que se destina a obras que já estão quase em fase de terminar. Lembro também que posteriormente o empréstimo veio a esta reunião sem destino e que só mais tarde lhe foi arranjado um destino.-----

-----A segunda razão que me leva ainda a votar contra tem a ver com o facto que um outro destino previsto neste empréstimo, segundo me parece, já não é necessário. Estou a referir a verba prevista para adquirir o terreno na Rua Bernardo Gonçalves, terreno este que, segundo informação que retiro da leitura da Acta da última reunião, de vinte e um de Janeiro na qual não estive, este terreno não vai ser adquirido, mas sim objecto de permuta com outro. Os factos que acabo de enunciar são demonstrativos dos contornos pouco claros da razão de ser deste empréstimo."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos justificou o seu voto:-----

-----"Subscrevo as palavras da Sr^a Vereadora Manuela Cunha mas, para além disso, gostaria de referir que esta deliberação, a meu ver, é ilegal porque não foi objecto de discussão da Assembleia Municipal, dado que a bancada do Partido Socialista, pelo Sr. deputado Manuel Luís Bárbara, apresentou uma moção verbal ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal para se passar à votação imediata do ponto, sem permitir aos restantes membros da Assembleia Municipal a possibilidade de discutirem o conteúdo da referida proposta que, a meu ver, também tinha sido mal instruída. São este tipo de atitudes, entenda-se, da Assembleia Municipal, ao estilo sul-americano, que não contribuem para o salutar funcionamento dos órgãos autárquicos."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha, acrescentou à sua declaração: "Mais considero que o que vem a votação hoje, deveria ter sido já aprovado antes de levar a proposta à Assembleia Municipal. Por isso, relembro que a CDU votou contra

este empréstimo na Assembleia Municipal, por ele não cumprir também com a legalidade. Diz a lei que o pedido de empréstimo a levar à Assembleia Municipal para aprovar tem que incluir as propostas bancárias, o que nunca tem sido o caso, em Almeirim.”-

-----O Sr. Presidente disse: “Em relação às declarações de voto feitas pela Sr^a Vereadora, não passam de um chorrilho de palavras sem nexos nem preocupação com a verdade, em especial esta última afirmação, de que nenhum empréstimo foi à Assembleia Municipal acompanhado das propostas dos bancos. A verdadeira situação é que foi votada uma moção de aconselhamento na Assembleia Municipal, que não tem efeitos jurídicos e agora, legalizado o concurso para o empréstimo, ele será presente para aprovação à Assembleia Municipal, o que é o contrário do que a Sr^a Vereadora acusou.”-----

-----HOMENAGEM - Foi presente a carta de Francisco Manuel Nunes Freilão que acompanha o curriculum do Sr. Dr. Sebastião Marques Honorato, cidadão deste Concelho natural da Raposa e com uma distinta carreira, alvitando a hipótese de ser homenageado também na sua terra, uma vez que sofreu um acidente com arma de fogo e a sua saúde inspira cuidados.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que desconhece o andamento do processo de revisão do Regulamento respectivo pelo que propõe, se os procedimentos legais forem de curta duração, que este assunto fique em stand by.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos propôs que o Sr. Presidente apresente uma proposta ao executivo, acrescentando que da sua parte o assunto merece toda a abertura.-----

-----A Câmara concordou.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - A respeito do requerimento de Frisol - Instalações de Frio e Climatização, Lda, que pretende vender as suas instalações no lote sessenta e quatro da

Zona de Actividades Económicas de Almeirim, e de acordo com as deliberações de sete e vinte e um de Janeiro passado, o Sr. Presidente leu as conclusões do parecer do consultor jurídico, do seguinte teor:-----

-----"A Câmara dispõe de ampla margem de conformação da sua vontade funcional quanto ao modo como sejam efectuados os pagamentos das vendas dos lotes e das sanções económicas, respeitado que sejam os princípios gerais de boa administração e o interesse público;-----

-----A admissão do pagamento de uma sanção pecuniária em prestações e, por extensão, sobre as formas de garantir o seu efectivo pagamento, não ofendem o interesse público ou os princípios de boa administração dos bens públicos;-----

-----Também não ofende qualquer norma ou princípio a aceitação pela Câmara da prestação de garantia pessoal por parte do sócio-gerente da empresa;-----

-----Não se afigura, pois, haver impedimento à aceitação por parte da Câmara que as prestações vincendas relativas à sanção pecuniária devida, sejam asseguradas por garantia pessoal do sócio-gerente da empresa e designadamente por fiança;-----

-----Importa, contudo, verificar, em concreto, os termos em que se pretenda prestar essa fiança, de modo a que esteja assegurado o rápido ingresso no seu património das quantias que se mostrem devidas, caso não venha a ser cumprido o plano prestacional proposto;-----

-----Propõe-se, assim, que o interessado apresente à Câmara minuta dos termos da fiança, a fim de a mesma ser apreciada."---

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, na última reunião aprovou o pedido, dada a dificuldade que a empresa atravessa. No entanto, depois de ler a comunicação social local e regional, tomou conhecimento que há um diferendo entre o Sr. Ulisses e os trabalhadores, que o acusam de não ter cumprido os compromissos para com eles. Mantém a sua posição, no entanto, a Câmara também deveria exigir ao empresário prova de ter cumprido os compromissos legais para com os seus trabalhadores, porque

facilitar, sim, mas não pode ser feito sem o empresário cumprir com o que está obrigado para com os trabalhadores. As acusações que lhe são feitas devem ser averiguadas, mantém a solidariedade com o empresário mas ele tem que fazer prova de que também cumpre. Como Vereadora, sente-se mal em aprovar de forma diferente.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse:-----

-----"Gostava de recordar que foi solicitada a presença do Engº Ulisses na última reunião e, por três ou quatro vezes, assumiu que não tinha outra garantia que não a sua palavra. Eu disse e repito, se fosse possível aceitar essa garantia, eu estava disposto a fazê-lo, porque o Ulisses foi um empresário cumpridor para com a autarquia e perguntei, em caso de falência e foi-me respondido que a Câmara recebe zero. Nesse sentido, caso fosse legal, aprovo que se aceite a sua garantia pessoal. Não acho que seja correcto pedir a minuta do termo de fiança e, duma vez por todas, isto tem de ser resolvido."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que "A nossa actividade pauta-se pela lei, por mais que queira ajudar o Engº Ulisses."-----

-----A Srª Vereadora Manuela Cunha disse que gostaria de solicitar esclarecimentos ao empresário sobre a regularização das dívidas aos trabalhadores, que haja um compromisso escrito de que vai ser efectuado.-----

-----O Sr. Presidente referiu que vai contactar o empresário para obtenção da minuta do termo de fiança.-----

-----4 - EMPREITADAS E FORNECIMENTOS-----

-----PAINEIS DE ENTRADA DE CIDADE - Foi presente a carta de JCDecaux Portugal - Mobiliário Urbano e Publicidade, Lda comunicando a actualização com um aumento de dois, vírgula, setenta e dois por cento, do contrato de manutenção de Painéis de Entrada de Cidade, o que representa, por cada painel, que o preço passará a vinte e seis euros e dezoito cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou concordar, por maioria, com o voto contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE ALMEIRIM - Foi presente o Projecto, Programa de Concurso e Caderno de Encargos com destino à Construção do Centro Escolar de Almeirim, previamente submetidos à apreciação dos Srs. Vereadores.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos perguntou em que ponto se encontram as obras nas escolas do Canto do Jardim e do Moinho de Vento, a fim de se acabarem as aulas dentro dos contentores.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que este Centro Escolar acabará com essa situação a breve prazo.-----

-----O mesmo Vereador perguntou se durante o prazo de um ano de construção, há hipótese de melhorar as condições das crianças. E perguntou o que motivou o Sr. Presidente a mandar publicar o Anúncio de Concurso no Diário da República, antes da apreciação pelo executivo.-----

-----O Sr. Presidente explicou que os fundos comunitários destinados à educação são manifestamente insuficientes para os projectos a candidatar. Este processo foi sujeito a parecer da DREL, que, por cumprir os requisitos previstos na Carta Educativa, declarou a sua conformidade e aceitação. Tendo as condições técnicas favoráveis, interessava garantir as condições para o seu financiamento, para o que é necessário encurtar os prazos de candidatura, por força do processo de execução orçamental que, num concurso internacional é de um ano. A publicação saiu dias antes da entrega do projecto completo e avançou para permitir a formulação do pedido de financiamento que garanta ao concelho uma posição confortável.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que essa desculpa da pressa no momento terminal quando, durante todo o procedimento anterior não se cumpriram os prazos com o planeamento devido, é uma desculpa já gasta. O Sr. Presidente afirmou que o processo cumpre com os requisitos da Carta Educativa, o que não é

verdade. A Carta Educativa previa oito salas de ensino do primeiro ciclo e já em tempos oito salas era pouco, mas só constam sete. Também as salas para jardim de infância são insuficientes e não viu que estejam contempladas todas as variantes de salas polivalentes. Teria gostado que a planta em apreço tivesse ido ao Conselho Municipal de Educação antes de ser presente a reunião, a fim de obter o seu parecer, já que a Carta Educativa não foi sujeita a avaliação anual. Perguntou ainda por que razão os custos previstos no Caderno de Encargos são inferiores aos constantes do projecto. Disse que este projecto devia ser avaliado por quem entende das necessidades educativas, o Conselho Municipal de Educação, e aí o executivo votava em consciência. Assim, o Conselho vão avaliar aquilo que já foi aprovado.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a Carta Educativa foi feita na Câmara, com a aprovação do Conselho Municipal de Educação e o projecto respeita a Carta Educativa. Para repetir percursos com nova avaliação ia-se perder o timing para obter financiamento.--

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que o pedido de parecer não implica gastos e custos e referindo-se ao custo do projecto elaborado num gabinete exterior à Câmara, acrescentou que "A Câmara tem um arquitecto a tempo inteiro, Sampaio, o que está a fazer a tempo inteiro, não podia fazer este projecto?"-----

-----O Sr. Presidente leu o parecer favorável do Ministério da Educação à proposta de construção do Centro Escolar, emitida pelo GEPE em quinze de Janeiro passado, designadamente que a proposta cumpre os objectivos previstos para o programa nacional de reordenamento da rede educativa, estando em conformidade com a Carta Educativa.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha interrompeu o Sr. Presidente no meio da comunicação anterior e o Sr. Presidente declarou que não tem condições para dirigir a reunião, porque a Sr^a Vereadora não deixa.-----

-----A Sr^a Vereadora respondeu ao Sr. Presidente que "Só quero que fique em Acta, o Sr. tem que me ouvir, acalme-se lá, tem que

ter calma, estas coisas têm de ser debatidas. Gostaria de saber porque no Programa de Concurso não se inclui o IVA da obra e, sendo o valor base de um milhão e novecentos e vinte mil euros, porque se apresenta um valor base acima daquele; porque se diz no Programa de concurso que não são admitidas propostas variantes nem condicionadas e depois o ponto treze refere propostas condicionadas. Anote que fico sem resposta e espero que não sejam obras como o PT da Encherim ou a cobertura do chão do Gimnodesportivo de Benfica."-----

-----A propósito de uma invocação anterior, o Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse à Sr^a Vereadora Manuela Cunha "Não lhe passei qualquer procuração para intervir em meu nome." E continuou dizendo que o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos colocou uma questão pertinente, quanto à resolução da questão dos contentores climatizados usados como salas de aula. Os problemas que existem vão obstar a que se verifique a diminuição de alunos no ensino secundário e esta constatação já devia ter motivado uma reacção por parte da Escola Secundária, com a criação de um Centro de Novas Oportunidades. Quanto à Carta Educativa em relação a este projecto de execução, houve aqui uma grande alteração e o Conselho Municipal de Educação nunca se pronunciou, no que concerne a novas realidades da política de escola a tempo inteiro e enriquecimento curricular, esperando que venham a tornar-se obrigatórias. A nível nacional, as autarquias têm tido alguma culpa no relaxamento da implantação de medidas necessárias. Nesta nova conjuntura, não sabe se poderia haver alguma recomendação, o assunto merecia apreciação do Conselho Municipal de Educação. Em relação ao que está para aprovação, noutro contexto, o aproveitamento dos meios poderia passar pela rentabilização das instalações da Escola Secundária e da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos de Almeirim, no âmbito da iniciativa de criação de um agrupamento vertical, o que melhoraria bastante as condições. Ao que está agendado, só pode ser aberto concurso com prévia autorização do órgão executivo e lamenta o pedido de ratificação mas vai

abster-se.-----

-----O Sr. Presidente ia justificar algo em resposta e foi interrompido pela Sr^a Vereadora Manuela Cunha, ao que o Sr. Presidente disse que "a Sr^a ultrapassa o Presidente que está a dirigir a reunião, já ultrapassou todos os prazos de intervenção e torna impossível a continuação dos trabalhos, por isso saio."-----

-----Após o Sr. Presidente regressar ao seu lugar, a Sr^a Vereadora Joana Baptista disse, sobre a intervenção do Sr. Vereador Maurício do Rosário, que concorda que a criação do agrupamento vertical iria solucionar a realização de aulas nos contentores mas, neste momento, não é possível, porque, em devida altura, foi ao Ministério da Educação, a Lisboa, apresentar a proposta para que as turmas do sétimo e oitavo anos passassem para a Escola Secundária, o que resolveria a situação, e foi recusado liminarmente. Não muito longe, o Agrupamento de Fazendas disponibiliza salas devolutas para os alunos do quarto ano do ensino básico. Se isso acontecesse em Almeirim resolveria alguns problemas causados pelos contentores, que não é prazer nenhum mas antes uma necessidade imperiosa para o funcionamento das actividades extracurriculares.-----

-----Em relação ao discurso do Sr. Vereador Francisco Maurício, o Sr. Presidente disse que existem duas realidades distintas no Concelho: o Centro Escolar de Almeirim, pelo número de alunos que vai albergar e, estando a cidade em crescimento, era péssimo perder a oportunidade de criar um estabelecimento escolar novo de raiz que satisfaça as necessidades actuais e as futuras. Já com Fazendas de Almeirim, que apresenta necessidades para muito menos alunos, está a ser estudado um Centro Escolar que seja a ampliação da Escola Básica do segundo e terceiro ciclos. São, aliás, as duas prioridades definidas pelo Ministério da Educação, para aprovação das candidaturas. Em relação a qualquer alteração à Carta Educativa, neste momento seria perfeitamente extemporâneo, já que, estando homologada a Carta em vigor pelo Ministério da Educação, é esta que neste momento tem que servir de base à elaboração destes projectos.-----

-----Submetidas a votação a ratificação da decisão de abertura do concurso e aprovação do projecto, do Programa de Concurso e do Caderno de Encargos respeitantes à Construção do Centro Escolar de Almeirim, foram as mesmas aprovadas por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----Este último autarca declarou: "A minha abstenção prende-se exclusivamente com a forma como esta proposta chegou ao executivo, depois da publicação no Diário de Notícias e no Diário da República de vinte e cinco de Janeiro. Não pretendo pôr em causa, pese embora o facto de não estar seguro que este projecto seja a melhor solução para o novo Centro Escolar. Uma eventual melhoria podia ser introduzida."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: "Considerando a CDU que a construção deste Centro Escolar é da maior urgência, para retirar as crianças dos actuais contentores onde estão a receber aulas e criar condições de conforto e dignidade para a aprendizagem dos nossos jovens, não posso, no entanto, dar o meu voto favorável ao projecto aqui apresentado, assim como ao Programa de Concurso e Caderno de Encargos, pelas seguintes razões:-----

-----1 - porque considero que o projecto prevê um número de salas inferior, muito concretamente a respeito do primeiro ciclo, inferior ao que estava previsto na Carta Educativa e as oito salas que estavam previstas na Carta Educativa já foram consideradas, aquando da discussão deste documento, insuficientes para as necessidades do agrupamento escolar abrangido.-----

-----2 - Porque não foi pedido ao Conselho Municipal de Educação um parecer prévio sobre o projecto, antes de o trazer a esta reunião e de lançar publicamente o concurso.-----

-----3 - Porque hoje o executivo mais uma vez se confrontou com um facto consumado. Está a aprovar o Programa de Concurso, o Caderno de Encargos e o Projecto, um conjunto de documentos que integra um concurso cujo anúncio já foi publicado no Diário da

República.-----

-----4 - Porque o Sr. Presidente se recusou a esclarecer um conjunto de dúvidas que coloquei, relativas ao Caderno de Encargos e Programa de Concurso.-----

-----5 - Porque este projecto não prevê nada relativamente ao aquecimento do Centro Escolar, por exemplo, os painéis solares não aparecem e era um objectivo afixado na Carta Educativa, pois é óbvio que será feito à parte, com custos suplementares, como estamos habituados. Aliás, considero também uma pena que este projecto não tenha uma demonstração de modernidade ao incluir também a forma de aproveitamento das águas pluviais para rega.”-

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----“Voto a favor, apesar de discordar da metodologia adoptada pelo Sr. Presidente relativamente ao lançamento do concurso, e dou o meu voto favorável porque considero a construção desta infraestrutura, o Centro Escolar, uma mais-valia para as crianças e jovens do nosso Concelho, dado que irá melhorar as condições físicas e pedagógicas que actualmente se encontram reunidas. Contribuiu para o meu voto a favor também o facto das estatísticas demográficas apontarem para o crescimento da população de Almeirim, o que, em comparação com os restantes concelhos do Distrito, contraria a tendência que actualmente se verifica.-----

-----Espero que, em situações futuras, o Conselho Municipal de Educação seja ouvido previamente e que os restantes membros da Câmara Municipal tenham possibilidade de se pronunciarem sobre o Caderno de Encargos, e não dar o concurso como facto consumado.-

-----O Sr. Presidente fez referência à construção de um Centro Escolar em Fazendas. Penso que devia ser tomada em consideração a construção de uma Biblioteca, dado que a população da freguesia, no presente momento, é igual à do concelho de Alpiarça, pelo que deveria ser dotada de infraestruturas educativas, sociais e culturais, necessárias à população.-----

-----Por último, dou o meu voto favorável porque faço fé que os documentos que nos foram presentes, se encontram nos termos da

lei."-----

-----MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES DA LEZÍRIA DO
TEJO - MUNICÍPIO DE ALMEIRIM - Sob proposta do Sr. Presidente, a
Câmara deliberou, por maioria, aprovar a minuta do contrato em
título, a celebrar com Plantiagro - Jardinagem e Agricultura,
SA, em consequência do concurso realizado pela CULT, com a
duração de um ano e com o encargo de sessenta e três mil e
sessenta euros e doze cêntimos.-----
-----Abstive-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que fez a
seguinte declaração de voto:-----
-----"Tendo actualmente a Câmara um contrato com a Plantiagro,
em que faz a prestação de serviços em vários espaços verdes e
jardins, teria gostado de ter o contrato actual e preços até
agora praticados, para poder verificar se, de facto, vamos
beneficiar através do concurso da CULT, duma melhoria dos preços
para a Câmara, por efeito duma economia de escala."-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No Período do Público usou da palavra
o Sr. Manuel Lucas que chamou a atenção para as lâmpadas
fundidas nos semáforos da Largo do Conde; para as árvores secas
e em desequilíbrio na Escola Básica do segundo e terceiro ciclos
de Almeirim; e para as condições de um acampamento de barracas
junto à feira.-----

-----Às dezoito horas o Sr. Presidente declarou encerrada a
reunião.-----
-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
